

# VI Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração

[Florianópolis - SC]

[Brasil]

[26 a 28 Abril - 2017]

## A RELAÇÃO ENTRE A NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO PESSOAL E O TRABALHO VOLUNTÁRIO - UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR.

Izaias Carlos de Mendonça Junior<sup>1</sup>  
Carlos Eduardo Cavalcante

### RESUMO

Este ensaio traz uma investigação teórica sobre os conceitos e a relação entre *atualização pessoal* e o *trabalho voluntário*. O delineamento se constrói de forma interdisciplinar entre duas áreas de conhecimento: a Administração e a Psicologia e, mais especificamente, a abordagem substantivas das organizações e a abordagem fenomenológica existencial. O objetivo deste trabalho é de ampliar o escopo de compreensão sobre os temas discutidos e a inter-relação entre eles. A atualização pessoal é uma necessidade humana. A investigação desse conceito é feita através das definições de Guerreiro Ramos (1981). A conceituação das racionalidades nas organizações está na base da discussão, em que se enfatizam as presenças ou alternâncias da racionalidade instrumental e da racionalidade substantiva. A Psicologia Fenomenológica Existencial é a abordagem que traz uma contribuição interpretativa para o conceito e amplia a discussão. Para esse diálogo interdisciplinar, escolhemos o teórico Carl Rogers. Em seguida, trabalhamos as inter-relações conceituais de ambas as abordagens a partir do conceito de interação simbólica de Guerreiro Ramos, tratando das múltiplas maneiras de se chegar ao conhecimento, da sociedade como sendo essencialmente a existência social e a importância do livre experimentar. Seguimos com a conceituação de trabalho voluntário e voluntariado e analisamos suas possíveis relações com a atualização pessoal. Segundo os conceitos e as fundamentações postas, o exercício do trabalho voluntário é pertinente como expressão da busca de um “ambiente” propício ao desenvolvimento da atualização pessoal.

**Palavras-chave:** Atualização pessoal; trabalho voluntário; racionalidade substantiva; Guerreiro Ramos; fenomenológica existencial.

### 1 INTRODUÇÃO

O ser humano se diferencia dos animais em vários aspectos e características. Além das necessidades mais básicas, ele apresenta complexidade em sua relação com a vida. Várias áreas de estudos de ciências humanas, sociais e da saúde têm se dedicado a compreender a necessidade humana de exercer sua subjetividade, seja na expressão de sua singularidade, em sua capacidade produtiva nas interações sociais.

Dentre os estudiosos que buscaram compreender e encontrar soluções referentes às nuances subjetivas do ser humano e do seu alinhamento com a produtividade e as relações sociais, está Guerreiro Ramos (1981). Esse pesquisador nos deixou um extenso legado sobre as relações produtivas na sociedade e o bem-estar do ser humano como indivíduo

---

<sup>1</sup> izaiascmj@hotmail.com

constituidor e participante da sociedade. Certamente, Guerreiro Ramos foi um dos autores organizacionais que mais compreendeu as questões psicológicas e sociológicas na dinâmica produtiva e as consequências negativas do olhar acríptico sobre as práticas organizacionais vigentes (PAULA, 2007; SOUZA; ORNELAS, 2015). Dentre as compreensões mais importantes desse autor, destaca-se o conceito de *atualização pessoal*.

Guerreiro Ramos (1981) não dicotomiza o ser humano, como se ele pudesse separar a necessidade do seu desenvolvimento pessoal da necessidade de relação social. Não há separação entre a necessidade inerente ao ser humano de exercer sua singularidade e o resultado da construção social com seus pares. Para o autor, não há sociedade saudável com indivíduos doentes. A saúde do indivíduo, a produtividade e o bem-estar social só são possíveis se admitirmos os equívocos nas práticas organizacionais vigentes e alinharmos esses três eixos. Assim, para Guerreiro Ramos (1981), as organizações precisam de uma prática produtiva em que a atualização pessoal do ser humano possa ser exercida.

Neste ensaio, discutimos sobre a necessidade de atualização humana e o exercício do trabalho voluntário. Para tanto, percorremos caminhos conceituais num diálogo interdisciplinar. Além do escopo da teoria organizacional, conforme proposto por Guerreiro Ramos, recorremos às contribuições da Psicologia para compreender o que almejamos.

Iniciamos percorrendo a temática das racionalidades, conceito-chave para pensar nas práticas organizacionais nesse nível de debate que foi proposto. Em seguida, trazemos definições sobre a abordagem substantiva das Organizações; depois, uma introdução à Psicologia Fenomenológica Existencial, para compreendermos sua potencialidade de contribuir para o tema em discussão, e o conceito de trabalho voluntário e compreensões basilares sobre o voluntariado. Postos os alicerces, discutimos sobre a relação da atualização pessoal com o trabalho voluntário e concluímos com as considerações finais.

## **2 A ABORDAGEM SUBSTANTIVA DAS ORGANIZAÇÕES**

Segundo Weber (1999), a racionalidade é a qualidade ou ação sensata por meio da razão, baseada em fatos e evitada de sentido individual e social. O agir do homem em direção ao social pode ser influenciado por crenças, costumes, tradições, afetos, emoções, pela racionalidade fundamentada em valores ou em fins. Esse autor classifica a racionalidade em: prática, teórica, substantiva e formal.

A partir da concepção weberiana de racionalidade, Muzzio (2014) assim define as classificações:

[...] prática, quando há uma relação entre a visão e o juízo do ator social com uma prática assumida; teórica, quando há uma relação entre conceitos abstratos precisos e a ação humana; substantiva, quando se observa uma relação entre os padrões do ator social e seu contexto, não necessariamente havendo um cálculo em relação aos fins; e formal, quando há uma relação entre a ação social e o resultado consciente de um fim ou propósito (p. 709).

A racionalidade instrumental é a prevalente em nossa realidade atual, exacerbada cotidianamente pela lógica das relações sociais centrada no mercado e que apregoa a finalidade última das interações sociais, o consumo e o controle organizado de seres

humanos sobre outros, submetendo-os a controles e a regras com fins primordialmente produtivos (INGRAM, 1994).

Guerreiro Ramos colocou-se diante do desafio de estruturar uma abordagem que comportasse uma racionalidade substantiva. A racionalidade apontada por teóricos da Administração é, segundo o autor, uma deturpação do termo em seu sentido original. Tais teóricos apontam a racionalidade como a capacidade econômica de resolver questões pragmáticas e de alcançar o maior benefício com o menor custo. A racionalidade, originalmente, tem um conceito muito além de tal concepção reducionista e castradora. Trata-se de um atributo humano de reflexão sobre a realidade, necessariamente alinhado a um sentido e significado relacionados a valores e à relação com a vida (GUERREIRO RAMOS, 1981).

A abordagem substantiva das organizações se caracteriza por alguns pressupostos, dentre eles, a avaliação pela ética e pela análise da ação humana por meio de juízos de valor; a autorrealização, enfocando a necessidade do indivíduo de buscar sua plenitude, através do exercício de seu potencial humano; a emancipação, relacionada à construção humana de um bem-estar social; e a autonomia, quando o comportamento e a atitude humanos acontecem sob a égide da liberdade (MUZZIO, 2014). É por meio da racionalidade substantiva que o ser humano adquire mais discernimento sobre sua atuação no mundo e se torna capaz de refletir sobre a lógica da ação social, tendo capacidade analítica. É através da capacidade de refletir, de analisar e de questionar que o ser humano age em movimento emancipatório (SERVA, 1997).

O desenvolvimento da abordagem substantiva das Organizações advém de uma insatisfação com as teorias, com as práticas organizacionais e com as concepções de racionalidade sobre essas teorias e práticas fundamentadas. Guerreiro Ramos (1981) compreende que tais fundamentos trazem grave prejuízo para a integridade humana, a justiça, a harmonia e o desenvolvimento social.

A relação entre a abordagem substantiva das Organizações e as Teorias Fenomenológico-existenciais, na Psicologia, tem similaridades já em sua origem e desenvolvimento. A vertente da Psicologia Humanista integrada a essa abordagem surge da insatisfação com os modelos teóricos e práticas científicas vigentes e suas concepções de ser humano e de relações sociais (STRUCHINER, 2007), como veremos a seguir.

### **3 A ABORDAGEM FENOMENOLÓGICA EXISTENCIAL NA PSICOLOGIA**

A Fenomenologia tem seu início em Husserl, que propôs uma ferramenta metodológica que pudesse observar os fenômenos por si. Prescindindo do pragmatismo empírico, de uma compreensão mecânica e determinista generalizada na prática científica e na compreensão do homem e da sociedade, Husserl nos traz uma proposta de estudar as coisas tal como se manifestam (STRUCHINER, 2007). A Fenomenologia aponta para a preponderância dos fenômenos observados pela consciência, os quais devem ser compreendidos em si mesmos. Os fenômenos são objetos ideais existentes na mente e interpretados pela singularidade da consciência que os observa a partir da significação atribuída à própria experiência (COBRA, 2001; VIETTA, 1995).

Segundo Holanda (1998),

Fenomenologia é ir às coisas mesmas, descobri-las tais quais se apresentam aos meus sentidos, tais quais eu as percebo. Mas é um ir em

busca, aliado à minha própria experiência subjetiva concreta. É um olhar e ver, não apenas uma colocação diante de algo. É participação, envolvimento (p. 5).

Epistemologicamente próximo à Fenomenologia, o Existencialismo enxerga o ser humano como um indivíduo singular em sua subjetividade, dotado de liberdade e de responsabilidade ante suas escolhas. Dentre os expoentes que configuram a literatura existencialista, podemos destacar Kierkegaard (considerado o pai do Existencialismo), Buber, Nietzsche, Sartre e Heidegger (LIMA, 2008), este último, o primeiro a utilizar o método fenomenológico fazendo uma ligação entre existencialismo e fenomenologia (ERTHAL, 1989). Para se ter uma compreensão mais ampla da abordagem fenomenológica existencial na Psicologia, é necessário definir uma abordagem da Psicologia que é integrada a esta: a abordagem humanista.

Devido a uma insatisfação com as correntes psicológicas e a compreensão do ser humano até então vigentes - o Behaviorismo e a Psicanálise (a primeira eivada pelo controle e visão mecanicista do ser humano, e a segunda marcada por uma visão determinista e negativa da natureza humana), a Abordagem Humanista na Psicologia aparece no cenário do Século XX como a terceira grande vertente da concepção psicológica do ser humano. Esse modo de enxergar o ser humano requer, necessariamente, uma nova maneira de se relacionar com ele. Assim, acredita-se no poder restaurador do indivíduo, respeitando-o em sua singularidade e buscando uma relação de igualdade e de empoderamento. Essa maneira de compreender as relações interpessoais resultou numa diferente maneira de se estabelecer uma compreensão da realidade subjetiva do indivíduo (LIMA, 2008).

Essa perspectiva humanista aponta para o pressuposto da autonomia. Segundo Amatuzzi (2009), nesse contexto, o ser humano é enxergado como criador, e não, apenas, como resultado de condicionamentos. Portanto é importante constituir uma relação dialógica entre as pessoas, em que o potencial de autonomia possa revelar-se. A pessoa tem capacidade de orientar a própria existência de forma satisfatória e plena. Assim, constitui-se o pressuposto da autonomia, conceito tão importante para a plenitude humana. Um dos seus principais expoentes é o pesquisador Carl Rogers (LIMA, 2008). Esse é o teórico desta abordagem mais citado neste trabalho e escolhido pela abrangência de sua produção teórica aplicada ao objetivo deste ensaio.

#### **4 CONCEITOS QUE SE INTER-RELACIONAM: A INTERAÇÃO SIMBÓLICA**

Guerreiro Ramos (1981) aponta dois problemas que seriam enfrentados pelo homem em quaisquer sociedades: o problema do significado de sua existência e o de sua sobrevivência biológica. Assim, existe, em todas as sociedades, uma série de ações simbólicas caracterizadas pela experiência do significado e atividades de natureza econômica, condicionadas *a priori* pelo imperativo da sobrevivência. O sistema social econômico contemporâneo tem sido avaliado apenas pelas vantagens que produz, e não, pelo conhecimento da verdade.

As atividades com finalidades econômicas são compensadoras por meio de resultados extrínsecos, ou seja, “fora do homem”, enquanto a interação simbólica traz suas recompensas no próprio sentir interno. Em termos existenciais, pode-se dizer que essa forma de sentir é um encontro com o próprio ser. Guerreiro Ramos (1981) afirma, ainda,

que o primeiro tipo de atividade é um meio para conseguir um fim; e o segundo é um fim em si mesmo. Na concepção de Carl Rogers (2011), a tendência da saúde humana é a de integrar suas necessidades (utilizando das palavras de Guerreiros Ramos, poderíamos nos referir às necessidades intrínsecas e extrínsecas), e o recurso que o ser humano utiliza para compreender e agir em direção ao atendimento dessas necessidades chama-se *avaliação organísmica*.

A avaliação organísmica manifesta-se quando o indivíduo observa internamente o conjunto de direções e necessidades que há dentro de si, fazendo opções de comportamento que mantenham sua integridade e a capacidade de atender às suas necessidades. O termo organísmico transcende a concepção de organismo biológico, embora o inclua. Isso quer dizer que a avaliação organísmica compreende o estado biológico e psicológico, com uma ênfase em seu estado emocional, seus contextos sociais e relacionais. Seria uma compreensão integradora de seu contexto e momento existencial. Por meio da avaliação organísmica, o ser humano tem a capacidade de tomar as atitudes e fazer escolhas em harmonia com a totalidade de seu ser (ROGERS, 2011).

Compreende-se, por meio de Guerreiro Ramos (1981), que a sociedade tem se tornado patológica em seu desenvolvimento, ao desprezar as interações simbólicas, isto é, as ações voltadas para a recompensa de bem-estar interior, supervalorizando as ações de recompensa externa ou econômica. Através de Rogers (2011), compreendemos que o caminho da saúde é a valorização da ação pelo sentir interno, o que traria o equilíbrio pertinente à satisfação das necessidades humanas, individuais e relacionais. Partindo desse ponto de reflexão, pode-se observar que essas duas intersecções teóricas desses autores explicitam conceitos que mostram o equívoco da supervalorização econômica em detrimento da integridade humana.

Guerreiro Ramos (1981) explica que a supervalorização econômica e o abandono da real valorização do bem-estar comum é uma característica contemporânea, tratando-se da *sociedade centrada no mercado*. Esse fenômeno econômico e social já fora apontado por Karl Polanyi (2000), autor pelo qual Guerreiro Ramos foi influenciado e, para enfatizar a necessidade de rever nossas bases sociais, também apoiado em pesquisas antropológicas realizadas por Polanyi (2000), afirma que, em sociedades primitivas, a vida simbólica foi predominante. Isso seria o equivalente a dizer que o sentido e o significado internos têm muita importância para o homem que, para se sentir bem interiormente, precisaria alinhar sua ação externa a sua *direção* interna, ou seja, a ação precisa ter sentido para o homem que o pratica, para trazer uma real satisfação interna. Guerreiro Ramos (1981), citando Polanyi, refere que a antropologia afirma que, nas sociedades pré-capitalistas, não se identifica facilmente o comércio entre as pessoas por causas estritamente econômicas.

Analogamente a Guerreiro Ramos, que nos propôs viver numa racionalidade substantiva da vida humana associada, Rogers propôs uma abordagem centrada na pessoa em cada nível de relação. Dessa forma, a educação seria centrada no aluno; em um hospital, o atendido não seria tratado como passivo, mas empoderado sobre o próprio estado de saúde, intervindo ativamente em sua recuperação; no trabalho, o profissional seria valorizado, e os ambientes de participação e de atuações democráticas fariam parte da dinâmica organizacional; na prática psicoterápica, uma abordagem centrada no cliente, a partir de uma redução fenomenológica. Rogers desenvolveu várias pesquisas e trabalhos em grupos, atestando a eficiência da liberdade de se expressar para trazer integridade no sentir e no comportamento humanos. Ou seja, a pessoa como centro, em quaisquer

âmbitos das relações humanas (ROGERS, 1984,; 2009; ROGERS; ROSENBERG, 1977). A seguir, serão expostas três características da interação simbólica: o fato de que há múltiplas maneiras de se chegar ao conhecimento; a compreensão de que a sociedade é, em essência, a existência social e a importância do livre experienciar.

A interação simbólica repousa no princípio de que há múltiplas maneiras de se chegar ao conhecimento e que, diferente do que defende o cientificismo, a ciência seria uma das várias formas simbólicas de aquisição de conhecimento e da realidade (GUERREIRO RAMOS, 1981). Carl Rogers, em sua obra “Liberdade de aprender” (1984), aponta para a necessidade de o ser humano sentir-se interessado no objeto de aprendizado para o melhor êxito do processo de construção do conhecimento. Poder escolher o que aprender e como aprender seria o principal motivador do conhecimento. Impor conteúdos e formas, prescindindo de uma interação com o aprendente sobre seu processo de construção de conhecimento, seria uma das maiores dificuldades do aprendizado.

Kierkegaard (2013), expoente da filosofia existencialista, assevera que a verdade apresenta-se necessariamente de forma subjetiva. Na mesma direção do filósofo, Rogers (2007) questiona a necessidade de insistirmos na existência de uma só realidade, isto é, a subjetividade aponta para a existência de várias realidades. Inferindo, a partir de Rogers, sobre a existência de “realidades”, poderíamos afirmar que a realidade objetiva seria uma construção relacional e simbólica, ou, ainda, pontos de convergência ou prevalência da ordem estabelecida na interação das realidades subjetivas do indivíduo. No entanto, não é desconsiderado o uso do poder, em diversas dimensões (tais como política, econômica, de posição social, entre outras), na construção da “realidade objetiva” (ou “conhecimento objetivo da realidade”). De forma que tais poderes interferem e influenciam a construção das realidades individuais subjetivas, criando a “realidade” ou “conhecimento objetivo” que continuem legitimando a manutenção dos poderes aos que os detêm (ROGERS, 2007).

A verdadeira existência, tanto social quanto individual, nunca é um fato, não pode ser objetivada. É sempre algo em movimento, numa posição intermediária entre o potencial e o real. De forma que o indivíduo participa da criação da realidade social, e o caráter dessa participação pode acontecer de duas formas: o indivíduo pode ter o caráter ativo, em que ele é um existente real, ou pode ser meramente reativo, perdendo, assim, o caráter de ser real, transformando-se num mero sistema de processamento de informações (GUERREIRO RAMOS, 1981).

Na concepção de Carl Rogers, a expressão do ser, ou seja, a externalização do que o indivíduo sente e pensa verdadeiramente, através de suas atitudes e escolhas, caracteriza-se como a forma primordial da saúde do homem. Seja a saúde biológica e psicológica, seja a saúde relacional ou social (ROGERS, 2011). A realidade social se faz compreensível ao ser humano através de experiências livres de repressões operacionais formais. Assim, ele necessita de relações íntimas que não se efetivam através de padrões ou regras impostas (GUERREIRO RAMOS, 1981).

O ser humano é relacional por excelência. O filósofo Martin Buber (1997) afirma que a palavra *eu* está necessariamente ligada ao outro, seja esse outro um *tu* ou um *coisa*, de forma que se pode afirmar que o *eu* só pode ser compreendido quando expresso nas *palavras princípios eu-tu* ou *eu-isso*. Pode-se considerar as palavras *eu-isso* no sentido de relações utilitárias, funcionais ou de conhecimento. As palavras *eu-tu* representam o sujeito relacionando-se com o outro, reconhecendo inteiramente subjetividade desse outro,

enxergando-o como sujeito. Tal relação não enxerga o outro sob nenhum aspecto pragmático ou funcional, porquanto a relação é o próprio fim (BUBER, 1997). Encontramos na relação *eu-tu* a interação possível de intimidade, conforme apontado por Guerreiro Ramos (1981), na qual o ser humano realiza a interação simbólica na relação com o outro.

## 5 O TRABALHO VOLUNTÁRIO E A ATUALIZAÇÃO PESSOAL

O trabalho voluntário pode ser compreendido como uma forma pela qual o ser humano busca fazer algo útil, mas que seja satisfatório em realizá-lo, não obrigatório e não remunerado, marcado por um escopo de valores (FRYER; PAYN, 1984 apud MORIN, 2001). Assim, pode-se entender por voluntário uma pessoa que doa seu trabalho, potencialidade e talento ao exercício de uma função que desafia e gratifica, direcionada a uma realização social (MOSTYN, 1993). No trabalho voluntário, não se busca o fim econômico pessoal, ele caracteriza-se pela intenção de benefício a outrem e à coletividade (CAVALCANTE et al., 2012).

Além da não retribuição financeira ou material de qualquer espécie, outros aspectos atrelados ao conceito de trabalho voluntário são: o fato de que é exercido através de uma ação que parte de uma decisão livre e consciente do indivíduo (MARQUES, 2006); a existência de uma organização como mediadora desse trabalho e o fato de não haver benefícios materiais para os que exercem, trazendo benefícios diversos a terceiros (SHIN; KLEINER, 2003).

A legislação brasileira também traz uma definição de trabalho voluntário na lei 9.608 de 18/12/1998. Trazendo o termo “serviço voluntário”, essa lei o conceitua como “a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. O texto da lei acresce, ainda, o fato de não gerar vínculo empregatício ou obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária (BRASIL, 1998).

Pesquisadores têm-se debruçado em pesquisar as racionalidades atuantes no trabalho voluntário. Vidal et. al (2007), através de uma análise qualitativa de caso, investigando o voluntariado do Projeto Coração de Estudante (PRECE), no interior do Ceará (que tem como principal objetivo a inserção de jovens e de adultos carentes no ensino superior) perceberam que nesse espaço institucional, no qual busca-se a inserção cidadã, torna-se presente um sentimento de pertencimento no trabalho coletivo de transformação social, com a presença da solidariedade como valor, na defesa de causas humanitárias. Nessa *práxis* participativa das pessoas nos processos decisórios e em ações realizadoras de ajuda ao próximo, há uma prevalência da racionalidade substantiva, guiada por códigos de boa conduta e respeito à diversidade humana.

Carvalho e Souza (2003) investigaram as racionalidades presentes na Organização Voluntária Pastoral da Criança, em Natal – RN. Utilizando-se de metodologia qualitativa, concluíram que apesar da também presente racionalidade instrumental, evidenciada na busca por objetivos específicos, segundo os autores, encontrou-se elevados indicadores de racionalidade substantiva. Encontrou-se relações de trabalho gratificantes, baseada em lógica não utilitária. Entendimento mútuo, autenticidade, valores emancipatórios e relacionados a auto-realização estavam presentes na dinâmica do trabalho voluntário exercido dessa instituição.

Para Guerreiro Ramos o ser humano modifica sua estrutura através de diferentes graus qualitativos de atualização, que seriam análogos a diferentes degraus percorridos no decorrer do tempo (SOARES, 1995). No entanto, tal atualização não ocorreria sob quaisquer condições, é preciso um ambiente propício para acontecer. Guerreiro Ramos denuncia, por exemplo, que as atuais organizações administrativas, em geral, não são ambientes propícios à atualização do ser humano. O comportamento administrativo não é compatível com o pleno desenvolvimento do potencial humano, conforme nos diz Nogueira (2008):

A crença de que pode existir a total integração entre os objetivos organizacionais e dos indivíduos é considerada equivocada, como também, é enganador querer igualar o comportamento administrativo à natureza humana. Para o autor, esse comportamento funcionalista limita a atualização humana e despersonaliza o indivíduo, pois a atualização humana é um esforço complexo, portanto, difícil de ser atendida apenas em um único tipo de organização ( p. 4).

Guerreiro Ramos aponta que nas sociedades pré-mercado lógicas nas quais haviam algum grau de diferenciação social, sempre existiu a classificação existencial de atividades ocupacionais superiores e inferiores. As atividades ocupacionais superiores são exercidas, preferencialmente, de forma autônoma, por sua livre escolha, de acordo com sua atualização pessoal. Tais atividades são um fim em si mesmas. As ocupações que não são consideradas superiores são aquelas que são exercidas por necessidades objetivas, prescindidas de livre escolha e que pode ensejar esforços penosos. Guerreiro Ramos conceitua *trabalho* como a atividade de classificação existencial inferior e *ocupação* como a atividade existencial superior. Afirmando que:

Trabalho é a prática de um esforço subordinada às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si. A ocupação é a prática dos esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal (GUERREIRO RAMOS, 1981, p. 130).

Diante da explanação de Guerreiro Ramos sobre a atividade laboral e diante dos conceitos já expostos sobre trabalho voluntário, pode-se compreender que o trabalho voluntário torna-se um “ambiente” mais favorável à atualização pessoal, do que o trabalho com finalidade estritamente econômica, conforme prevalece em nossa sociedade atual.

No trabalho voluntário o ser humano não está submetido ao “esforço subordinado”, mas a um “esforço livre”, conforme o próprio conceito de trabalho voluntário de não haver compulsoriedade (FRYER; PAYN, 1984 apud MORIN, 2001). Assim, o trabalho voluntário aproxima-se da ocupação, conforme o conceito de Guerreiro Ramos, e possibilita uma atividade com fim específico eivado de significado e potencial atualizador para o ser humano que o pratica. No intuito da continuidade de aprofundamento do conceito de atualização e sua relação com o trabalho voluntário, sigamos compreendendo o conceito de atualização pessoal numa perspectiva fenomenológica-existencial.

Carl Rogers aponta algumas tendências pertinentes aos organismos vivos que são consonantes com o conceito de Atualização de Guerreiro Ramos. Tais tendências estariam relacionadas à manutenção da vida, ao crescimento e à integralidade do ser. São elas: Auto

Regulação e Tendência Atualizante (ROGERS, 2009; 2011; ROGERS; ROSENBERG, 1977).

A Auto Regulação é a capacidade que o indivíduo tem de regular-se, alcançar um equilíbrio diante das situações da vida. De modo que ao viver as experiências na vida, a pessoa tem “altas” e “baixas” em vários aspectos psíquicos, sejam nas emoções, seja no humor, por exemplo. Diante de cada nova situação ou desafio que confronta o sujeito e sua personalidade, ele tende a encontrar soluções ou respostas que tragam equilíbrio e estabilidade à sua personalidade (ROGERS, 2009; 2011; ROGERS; ROSENBERG, 1977).

No entanto, nesse movimento de regulação a partir de si mesmo, a personalidade não fica estática. O movimento da personalidade não seria só de “subir” ou “descer”, mas também de “ir à frente”, ou seja, na busca da estabilidade diante das novas experiências, o indivíduo tende ao crescimento. Seria como um movimento de espiral. Esse “ir em frente” acontece devido a Tendência Atualizante (ROGERS, 2009; 2011; ROGERS; ROSENBERG, 1977).

O ser humano tem dentro de si uma força que o impulsiona ao crescimento. A personalidade segue de modo constante em direção a *ser*, ou seja, tal força continuamente faz com que o indivíduo confronte-se com novas perspectivas da realidade, sentida de acordo com sua própria experiência e modo de perceber e se relacionar com o mundo, atualizando continuamente sua percepção de si, opondo-se à modelação externa e caminhando em direção a sua singularidade (ROGERS, 2007; 2011).

É nesse esforço de opor-se a modelação, de opor-se a captura de sua subjetividade que o indivíduo, por força de Auto-regulação e da Tendência Atualizante, intrínsecas ao ser humano, pode encontrar no trabalho voluntário espaço de expressão de seu ser. Nesse trabalho o ser humano busca atuar de forma espontânea, atualizando-se enquanto pessoa, significando sua vida e compreendendo o sentido de *ser no mundo* (HEIDEGGER, 2006). Sem estar sob as forças modeladoras das organizações econômicas, no trabalho voluntário o indivíduo goza de espaço para a expressão de sua singularidade e de condições favoráveis ao crescimento pessoal, reconhecendo-se enquanto sujeito.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na realidade social vigente, em que a atuação organizacional contemporânea predomina sobre uma racionalidade instrumental, em que os objetivos escolhidos prescindem de quaisquer valores que não contribuam para a finalidade econômica em si e sacrificam o próprio bem-estar humano (GUERREIRO RAMOS, 1981), o exercício do trabalho voluntário pode tornar-se um alívio, um ambiente que, mesmo experienciado em um curto espaço de tempo, se comparado com o trabalho formal, contribui para suprir, em alguma medida, a necessidade de atualização pessoal do ser humano. No entanto, embora de suma importância para o desenvolvimento humano, de grande expressão na realidade social e de relevante atuação nos problemas contemporâneos, o trabalho voluntário, através de suas organizações, ainda é um paliativo para o mal-estar e os problemas inerentes à lógica organizacional centrada no mercado e gerida sob uma ótica instrumental prevalecente.

Podemos dizer que a busca e o exercício do trabalho voluntário podem demonstrar a necessidade humana e social de estruturas organizacionais que transpassem a lógica

instrumental e alcancem uma racionalidade eivada de significados e valores, para reger o caminho produtivo da coletividade humana. Guerreiro Ramos (1981) propõe como direção uma abordagem substantiva para as organizações e questiona sobre a base epistemológica das teorias e sua capacidade de revisar os próprios pressupostos teóricos classicamente instituídos. Assim, convive-se com os pontos cegos do campo administrativo, fazendo uma lacuna entre a realidade e o sentir humano “dentro” e “fora” da organização.

Este ensaio apresentou uma reflexão preliminar sobre a relação entre o trabalho voluntário e a necessidade de atualização pessoal do ser humano. Naturalmente, recomendamos que os estudos sobre esse tema continuem. Tal agenda de pesquisa é facilmente justificada pela profundidade do tema e pela rica possibilidade de construção interdisciplinar no assunto, criando subsídios epistemológicos e ontológicos contemporâneos para teorizar e pesquisar sobre as organizações e a necessidade humana de exercer um trabalho que lhe signifique e lhe conceda condições não só produtivas e econômicas, mas também de manter sua saúde e seu crescimento pessoal como ser no mundo.

O caminho para o futuro passa pelas organizações, que influenciam diretamente a sociedade e são feitas por seres humanos. Esse é, de fato, ao mesmo tempo, criador e criatura dos sistemas organizacionais (MUZZIO, 2014). Aprofundar os estudos, as pesquisas e as bases teóricas que relacionam diretamente o trabalho humano, em suas concepções econômica e voluntária, faz parte de uma atualíssima agenda de pesquisa e dedicação acadêmica.

## Referências

AMATUZZI, M. M. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 1, n. 26, p. 93 - 100, 2009.

BARROS, M. A., SANTOS, T. C. Terceiro Setor: racionalidade instrumental ou substantiva? **Revista Espaço Acadêmico**, ano 10, n. 113, out. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm) >. Acesso em: 10/12/2016.

BUBER, M.. **Eu e Tu**. São Paulo: Editora Moraes, 1997.

CARVALHO, V. D.; SOUZA, W. J. Racionalidade Substantiva em Organizações Voluntárias: o caso da Pastoral da Criança em Natal. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, XI, 2003, UNICAMP, Campinas. **Anais...** Campinas, 2003.

CAVALCANTE, C. E. et al. “Por que sou voluntário?”: Etapa de construção de escala *why volunteering? stage of scale building*. **Pretexto**, Belo Horizonte, v.13, n.2, p. 76 – 90, abr/jun, 2012.

COBRA, R. Q. **Fenomenologia**. Filotemas. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br>>. Acesso em: 08 outubro 2016.

ERTHAL, T. C. S. **Terapia vivencial**: uma abordagem existencial em psicoterapia. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1981.

HOLANDA, A. F. Fenomenologia, Psicoterapia e Psicologia Humanista. **Estudos de Psicologia**. Campinas: 14(2), p. 33-46. 1998.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes; Editora Universitária São Francisco, 2006.

INGRAM, D. **Habermas e a Dialética da Razão**. 2. ed. Brasília: UnB, 1994.

KIERKEGAARD, S. **Pós-escrito às Migalhas filosóficas**, vol. I. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

LIMA, B. F. Alguns apontamentos sobre a origem das psicoterapias fenomenológico-existenciais. **Revista da Abordagem Gestáltica**, 14, p. 28-38. 2008.

MARQUES, V. L. **Voluntariado**: motivos e repercussões na vida pessoal, social e acadêmica dos alunos de graduação em medicina, voluntários em programas na área de saúde. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ensino em Ciências da Saúde. Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina, São Paulo.

MOSTYN, B. **The meaning of volunteer work**: a qualitative investigation. In: HATCH, S. (org) *Volunteers: patterns, meanings & motives*. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre, 1983.

MORIN, E. **Os sentidos do trabalho**. Revista de Administração de Empresas, 41 (3), p.10, jul./set. 2011.

MOSTYN, B. . **The meaning of volunteer work: a qualitative investigation**. In: Hatch, S. (Org.). Volunteers: patterns, meanings & motives. Hertz (Reino Unido): The Volunteer Centre. 1993

MUZZIO, H. A Condição Paradoxal da Administração de Recursos Humanos: Entre a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva. **Cad. EBAPE. BR**, v. 12, nº 3, p. 706-718. Jul./Set. 2014

NOGUEIRA, A. C. **O Modelo multicêntrico de Guerreiro Ramos: é possível algo além da Economia?**. EnANPAD. Set. 2008.

PAULA, A. P. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações .**Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 40, p. 169-188, jan./mar. 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

ROGERS, C. R **Liberdade para Aprender**, 2ª. Edição, Belo Horizonte. 1973.

\_\_\_\_\_. **Um jeito de ser**. EPU, 2007

\_\_\_\_\_. **Grupos de encontro**. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

\_\_\_\_\_. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ROGERS, C. R. ; ROSENBERG, R. L. **A pessoa como centro**. São Paulo, Brazil: EPU, 1977.

SERVA, M. Racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 37, n. 2, p.18-30, 1997.

SHIN, S. e KLEINER, B. H. How to manage unpaid volunteers in organisations. **Management Research News**, vol. 26, n.º2/3/4, pp. 63-71. 2003

STRUCHINER, C. D. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, v.13, n.2, dez. p.241-246, 2007. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-0009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-0009&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em: 07 outubro 2016.

SOARES, L. A. (1995), Guerreiro Ramos: A Trajetória de um Pensamento. **Revista de Administração Pública**, vol. 29, nº 2, pp. 33-50.

SOUZA, G. C.; ORNELAS, A. L. Alberto Guerreiro Ramos e a autonomia dos estudos organizacionais críticos brasileiros: esboços de uma trajetória intelectual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 1, n. 1, p. 438-461, jul./set. 2015.

VIETTA, E.P. Configuração triádica, humanista existencial-personalista: uma abordagem teórico-metodológica de aplicação nas pesquisas de enfermagem psiquiátrica e saúde mental. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**, v. 3, n.1, p.31-43, 1995

VITAL, et al. Gestão Participativa e Voluntariado: Sinais de uma Racionalidade Substantiva na Administração de Organizações do Terceiro Setor. **Anima – Revista da Faculdade Integral do Ceará**, ano 7, n.11, p. 27-42, jan./ jul., 2007.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. v. 1. Brasília, DF/São Paulo: Ed. UnB/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-0009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-0009&lng=pt&nrm=iso)> . Acesso em: 07 outubro 2015.